

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede no município Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (“ANEEL”).

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 no Estado do Rio de Janeiro e 1 no Estado de Minas Gerais, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, com vencimento em dezembro de 2026.

Em 14 de março de 2017 foi celebrado o 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia (Nota 3).

Em 19 de fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

- As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações Contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são assim classificados e avaliados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e financiamentos, e como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento/(baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge representados por contratos de *swap*, visando proteção parcial a exposição da taxa CDI produzida por suas debêntures e contra a exposição da taxa de juros do risco de variação das taxas de câmbio de seus empréstimos em moeda estrangeira. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado. A Nota 29 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia.

d) Hedge de valor justo

A mudança no valor justo de um derivativo de hedging é reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida na demonstração do resultado como custos financeiros.

Para hedges a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do hedge utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de hedge deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de hedge.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de hedge, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de hedge será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

A Companhia conta com *swap* de taxa de juros utilizada para proteger a exposição a variações no valor justo do empréstimo.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

2.5. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

**Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa *financeira*.

2.10.Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.11. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.12. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
IFRS 9: Instrumentos Financeiros	
Principais pontos introduzidos pela norma	
<p>Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.</p>	
Impactos da adoção	
<p>A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros mas espera impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:</p>	
<ul style="list-style-type: none">▪ Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia;▪ As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de Administração de risco;▪ No que se refere ao novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, a Companhia está em fase final de determinação dos impactos quantitativos dessa nova norma, contudo, de acordo com a nova metodologia para estimar as perdas esperadas de crédito que afeta a principalmente a aplicação de <i>impairment</i>, a Administração estima que não terá impactos significativos na data inicial da aplicação desta nova metodologia, no entanto na data de emissão das demonstrações contábeis a quantificação da magnitude deste impacto ainda está em processo de análise e revisão detalhada devido à complexidade das estimativas e a quantidade de informações necessárias para determinação do valor.	
<p>As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.</p>	

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
IFRS 15: Receita de contratos com clientes Principais pontos introduzidos pela norma Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Impactos da adoção A Administração realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
IFRS 16 Leases - Arrendamentos Principais pontos introduzidos pela norma Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Impactos da adoção A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida pelas diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

3. Revisão e reajuste tarifário

De acordo com o seu contrato de concessão, a Companhia teve seu reajuste tarifário em 15 de março de 2017. O reajuste tarifário médio foi de -6,51%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.207, de 14 de março de 2017. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste foi, em média, -6,24%. Já para os clientes de média e alta tensão, o índice foi, em média, -7,12%.

Celebração de Aditivo contratual

O 6º Termo aditivo ao contrato de concessão do serviço público de energia elétrica celebrado em 14 de março de 2017, tem resultado nas seguintes principais mudanças:

- Antecipação da Revisão tarifária da Companhia de 2019 para março de 2018;
- **Revisão das perdas não técnicas regulatórias:** novos valores definidos para 2017 e 2018, com o reconhecimento parcial das perdas nas áreas de risco;

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- **Receitas Irrecuperáveis Regulatórias:** atualização anual com base na receita requerida regulatória definida nos processos tarifários;
- **Outras receitas:** compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativo:** Deixa de ser registrada como Obrigações Especiais. Compartilhamento passa a ser realizado anualmente em todos os processos tarifários (e não mais apenas na revisão tarifária);
- **Neutralidade da Parcela A:** Passam a ser calculados a neutralidade para os custos de Energia, Transmissão, Receitas Irrecuperáveis e para os itens financeiros.

Por outro lado, este aditivo atribui novas obrigações contratuais, sendo as mais relevantes:

- **Adequação dos indicadores de qualidade:** Definição de uma trajetória para adequação dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) aos limites regulatórios de 2018 a 2022;
- **Eficiência na gestão econômica e financeira:** Definição de novas metas de gestão econômica e financeira;
- **Descumprimento por 2 anos consecutivos ou em 2022 das novas metas de qualidade e de gestão econômica e financeira,** acarretará a extinção da concessão.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2017 vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Processo de ajuste na tarifa - ERR Angra III

A Aneel por meio da Resolução nº 2.214 / 2017 publicou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva - EER correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de Abril, onde a tarifa foi reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de Maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

5. Mudanças de estimativas e nas políticas contábeis

a) Revisão na política e nas estimativas da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia vinha adotando como política contábil o reconhecimento do contas a receber líquido das perdas por valores incobráveis (write-off) - tomando por base o critério de dedutibilidade fiscal, sendo constituído a provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) sobre o saldo remanescente.

A PCLD vinha sendo constituída tomando por base os seguintes critérios:

- Para os consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- Para os consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- Para os consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias;
- Uma análise individualizada ou por classes de consumo dos títulos a receber de valores vencidos a longas datas com ou sem negociação de dívida parcelada.

Em consonância com o item 25 - Consistência de apresentação, do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e do item 131 do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia, alterou a sua política contábil apresentada anteriormente, às políticas de cobrança realizadas pela área de Gestão de Crédito da Companhia, tendo sido promovida os seguintes aprimoramentos em dezembro de 2017:

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- Revisou e alterou os prazos médios de recuperabilidade dos direitos creditórios por classe de consumo, que passaram a ter como parâmetro o prazo de 180 dias para as classes de consumo residencial; e 360 dias as demais classes de consumo;
 - Deixou de constituir a provisão sobre um percentual da dívida parcelada, uma vez que a negociação comercial caduca havendo atraso superior a 3 meses, retornando a dívida para a morosidade correspondente a data de emissão das faturas;
 - Alterou o critério de classificação de perdas com valores incobráveis apurado com base nos critérios fiscais, da seguinte forma:
- ✓ **Valores vencidos a mais de 5 anos:** estes valores se mantêm apresentados como uma redução do contas a receber (perda), em vez que com base nos dispositivos legais e regulatórios o êxito na cobrança comercial destes recebíveis o é muita baixo;
 - ✓ **Valores vencidos a menos de 5 anos:** estes valores estão sendo apresentados compondo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), uma vez que estas dívidas são base para negociações comerciais de recuperação de ativos (Campanhas comerciais), os quais são objeto de parcelamento pelo cliente.

Segue quadro referente a reclassificação mencionada:

2016								
PDD								
	31/12/2016 Publicado	Parcelamento	31/12/2016	Reversão de valores incobráveis	Contas a receber ajustado	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	Provisão para Devedores Duvidosos	Contas a receber líquido 31/12/2016
Classe de consumidores:								
Residencial	152.567	(19.535)	133.032	306.181	439.213	(306.181)	(58.219)	74.813
Industrial	86.930	(4.774)	82.156	3.534	85.690	(3.534)	(26.626)	55.530
Comercial	142.962	(16.087)	126.875	51.170	178.045	(51.170)	(36.837)	90.038
Rural	14.101	(741)	13.360	3.853	17.213	(3.853)	(45.644)	(32.284)
Poder público	254.939	(45.738)	209.201	9.381	218.582	(9.381)	(19.819)	189.382
Iluminação pública	13.976	(16)	13.960	762	14.722	(762)	(7.305)	6.655
Serviço público	14.441	(570)	13.871	61	13.932	(61)	(135)	13.736
Fornecimento faturado	679.916	(87.461)	592.455	374.942	967.397	(374.942)	(194.585)	397.870
Parcelamento de débitos	-	87.461	87.460	-	-	-	-	-
Fornecimento faturado corrente e parcelado	679.916	-	679.915	374.942	967.397	(374.942)	(194.585)	397.870

PCLD					
	01/01/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

6. Caixa e equivalente de caixa

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Total de caixa e contas correntes bancárias	150.665	34.825
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	26.072	76.827
Operações compromissadas	119.921	131.630
Total das aplicações diretas	145.993	208.457
Fundo de investimento não exclusivos		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	-	2
Operações compromissadas	9.257	8.073
Total de fundos de investimento não exclusivos	9.257	8.075
Total	305.915	251.357

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos não exclusivos	112.673	45.144
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	6.402	6.553
LF - Letra Financeira	1.016	2.075
Total	120.091	53.772

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2016
Circulante												
Classe de consumidores:												
Residencial	93.535	69.478	347.353	510.366	(400.044)	110.322	17.052	58.363	326.830	402.245	(364.400)	37.845
Industrial	36.264	9.677	42.244	88.185	(35.123)	53.062	35.908	10.860	38.922	85.690	(30.160)	55.530
Comercial	59.231	24.154	99.472	182.857	(89.290)	93.567	42.155	38.453	97.437	178.045	(88.006)	90.039
Rural	14.712	1.627	44.392	60.731	(49.172)	11.559	13.445	3.668	50.938	68.051	(49.497)	18.554
Poder público	47.119	40.096	121.109	208.324	(45.812)	162.512	42.310	37.613	65.351	145.274	(29.200)	116.074
Iluminação pública	27.145	20.812	32.196	80.153	(24.762)	55.391	25.107	24.153	24.810	74.070	(8.067)	66.003
Serviço público	13.663	250	1.063	14.976	(331)	14.645	-	624	225	14.022	(197)	13.825
Fornecimento faturado	291.669	166.094	687.829	1.145.592	(644.534)	501.058	189.150	173.734	604.513	967.397	(569.527)	397.870
Receita não faturada	107.383	-	-	107.383	-	107.383	229.679	-	-	229.679	-	229.679
Consumidores baixa renda	6.564	-	-	6.564	-	6.564	7.143	-	-	7.143	-	7.143
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	4.136	4.136	-	4.136	-	-	4.136	4.136	-	4.136
Encargo de uso de rede	-	-	56.729	56.729	-	56.729	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	29.355	48.371	77.726	-	77.726	-	32.918	54.542	87.460	-	87.460
Outros contas a receber - RDS	2.138	5.248	32.984	40.370	(30.566)	9.804	2.671	8.305	35.084	46.060	(35.983)	10.077
Contas a receber	116.085	34.603	142.220	292.908	(30.566)	262.342	239.493	41.223	93.762	374.478	(35.983)	338.495
Total do circulante	407.754	200.697	830.049	1.438.500	(675.100)	763.400	428.643	214.957	698.275	1.341.875	(605.510)	736.365
Não circulante												
Encargo de uso de rede	-	18.910	-	18.910	-	18.910	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de débitos	-	-	75.991	75.991	(44.761)	31.230	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261
Total não circulante	-	18.910	75.991	94.901	(44.761)	50.140	-	-	109.276	109.276	(50.015)	59.261

Desde novembro de 2016 a Companhia vende determinadas faturas de energia de clientes massivos, transferindo os riscos e benefícios destes ativos. Essa operação atendeu adequadamente aos critérios de desreconhecimento de ativos previstos no CPC 38 Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

PCLD								
	31/12/2016	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis	31/12/2016 Ajustado	Adições	Baixas	Constituição de PDD de Valores Incobráveis
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)
	(195.199)	(202.010)	116.627	(374.943)	(655.525)	(130.595)	142.344	(76.085)
								(719.861)

A provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 180 dias, da classe comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a curva de recuperabilidade (realização) dos recebíveis. Considera também, uma análise individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/12/2017	31/12/2016
Resolução Homologatória 1.703/2014	51.742	51.742
Resolução Homologatória 1.861/2015	129.810	129.810
Resolução Homologatória 2.023/2016	94.096	78.954
Resolução Homologatória 2.207/2017	32.188	-
Parcela de Ajuste	36.975	15.370
Atualização Monetária	<u>1.636</u>	<u>1.636</u>
	<u>346.447</u>	<u>277.512</u>

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 347.349 (R\$ 305.155 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	13.367	-	10.396	-
ICMS	60.761	106.406	49.376	92.371
PIS e COFINS	202.020	-	8.246	32.929
Outros tributos	27.902	-	6.625	-
Total de tributos a compensar	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>	<u>74.643</u>	<u>125.300</u>

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	13.367	-	10.396	-

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

ICMS	60.761	106.406	49.376	92.371
PIS e COFINS	<u>202.020</u>	<u>-</u>	<u>8.246</u>	<u>32.929</u>
Outros tributos	<u>27.902</u>	<u>-</u>	<u>6.625</u>	<u>-</u>
Total de tributos a compensar	<u>304.050</u>	<u>106.406</u>	<u>74.643</u>	<u>125.300</u>

Do total de crédito de ICMS, R\$ 150.727 em 31 de dezembro de 2017 refere-se à Lei Complementar nº 102/00, que prevê o crédito do ICMS sobre aquisição de bens para o ativo fixo e compensação em 48 meses. O valor de R\$ 14.208 refere-se aos pedidos de restituição de ICMS dos clientes CEDAE e CERES.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os valores classificados no ativo não circulante de PIS e COFINS a compensar em dezembro de 2016, eram referentes ao PIS semestralidade e foram baixados considerando a decisão desfavorável proferida em março de 2017 pelo TRF da 2ª Região. O mesmo era oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nos 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei.

No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da Companhia quanto à COFINS até o ano de 2001. A Companhia pleiteia em ação específica a restituição dos valores pagos no período de abril de 1992 a junho de 1996. O processo transitou em julgado reconhecendo o direito da Companhia à restituição do indébito. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 193.272 e a Companhia utilizará o crédito de acordo com as previsões legais.

11. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

	31/12/2017	31/12/2016			
		Ativo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia		124.184	(37.996)	(54.359)	7.948
Encargo de serviço do sistema - ESS		(17.612)	(32)	143.726	31.664
Uso da rede básica		734	(111)	(4.881)	(935)
Conta de desenvolvimento Energético - CDE		(49.978)	10.267	16.488	8.936
Outros		(319)	150	(35.522)	(7.216)
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A		57.009	(27.722)	65.452	40.397
Sobrecontratação de energia		(64.783)	18.377	52.210	11.990
Bandeira não faturada		(13.504)	-	-	-
Neutralidade		81.002	28.940	(27.500)	(6.094)
Demais ativos e passivos financeiros setoriais		15.608	12.493	(71.120)	(4.854)
Outros ativos e passivos financeiros setoriais		18.323	59.810	(46.410)	1.042
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais		75.332	32.088	19.042	41.439

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	2.242.355	1.832.491
Transferências do ativo intangível	548.122	270.534
Marcação a mercado - ativo financeiro	74.436	139.330
Saldo Final	2.864.913	2.242.355

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento pelo poder concedente.

13. Imobilizado

	Saldo em 31/12/2016			Saldo em 31/12/2017		
	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação		
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	113.162	-	-	10.436	-	123.598
Móveis e utensílios	23.010	-	-	3.180	-	26.190
Subtotal	136.172	-	-	13.616	-	149.788
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(78.983)	(6.013)	-	-	-	(84.996)
Móveis e utensílios	(16.938)	(764)	-	-	-	(17.702)
Subtotal	(95.921)	(6.777)	-	-	-	(102.698)
Total do imobilizado em serviço	40.251	(6.777)	-	13.616	-	47.090
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	20.508	-	(5.893)	(10.436)	3.418	7.597
Móveis e utensílios	7.669	-	(88)	(3.180)	2.531	6.932
Subtotal	28.177	-	(5.981)	(13.616)	5.949	14.529
Total do imobilizado	68.428	(6.777)	(5.981)	-	5.949	61.619
Outros Investimentos	974	-	-	-	(974)	-
Máquinas e equipamentos	2.150	-	143	-	(2.293)	-
Total Bens de Renda	3.124	-	143	-	(3.267)	-
Total	71.552	(6.777)	(5.838)	-	2.682	61.619

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

14. Intangível

	31/12/2017			31/12/2016	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	5.378.273	(2.544.457)	(161.661)	2.672.155	2.344.710
Software	244.618	(127.218)	-	117.400	87.010
Bens de Renda	20.054	(17.242)	-	2.812	-
Em Curso					
Direito de uso da concessão	658.024	-	(94.306)	563.718	801.539
Software	60.194	-	-	60.194	35.357
Total	6.361.163	(2.688.917)	(255.967)	3.416.279	3.268.616

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.673.152	(2.090.985)	(137.203)	2.444.964	620.891	(105.524)	515.367	2.960.331
Adições	-	-	-	-	917.044	(32.139)	884.905	884.905
Baixas	(108.124)	68.337	-	(39.787)	-	-	-	(39.787)
Amortização	-	(278.651)	12.685	(265.966)	-	-	-	(265.966)
Transferências	571.940	-	(8.607)	563.333	(571.940)	8.607	(563.333)	-
Transferências para o ativo indenizável	(270.534)	-	-	(270.534)	-	-	-	(270.534)
Reclassificação do imobilizado	(1.036)	746	-	(290)	(43)	-	(43)	(333)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.865.398	(2.300.553)	(133.125)	2.431.720	965.952	(129.056)	836.896	3.268.616
Adições	-	-	-	-	1.122.095	(78.649)	1.043.446	1.043.446
Baixas	(205.001)	124.717	-	(80.284)	-	-	-	(80.284)
Amortização	-	(324.809)	14.188	(310.621)	-	-	-	(310.621)
Transferências	1.363.880	-	(113.399)	1.250.481	(1.363.880)	113.399	(1.250.481)	-
Transferências para o ativo indenizável	(618.797)	-	70.675	(548.122)	-	-	-	(548.122)
Reclassificação Bens de Renda	20.059	(16.792)	-	3.267	-	-	-	3.267
Reclassificação do imobilizado	-	-	-	-	(5.949)	-	(5.949)	(5.949)
Provisão de sobre contábil	217.406	(171.480)	-	45.926	-	-	-	45.926
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.642.945	(2.688.917)	(161.661)	2.792.367	718.218	(94.306)	623.912	3.416.279

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de estimativa da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término indo contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está registrado como ativo indenizável nos moldes da Lei nº 12.783.

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Concentrador secundário	7,69%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Estrutura torre	2,70%
Software	20,0%

15. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento de energia elétrica		
Compra de Energia	491.648	313.434
Encargo de uso da rede	42.383	15.170
Partes relacionadas (vide Nota 20)	14.010	1.464
Materiais e serviços	352.488	358.952
Total	900.529	689.020
Circulante	900.125	688.858
Não circulante	404	162

16. Obrigações fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social - retidos na fonte		2.800
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		56.226
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS		42.834
Programa de integração social - PIS		8.856
Imposto sobre serviços - ISS		3.847
INSS s/ terceiros		7.407
Outros		2.767
Total		124.737

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

17. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2017	31/12/2016	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
Empréstimos						
Citibank N.A	125.400	126.054	06/01/2016	24/12/2018	Bullet	LIBOR + 2,40%
Itaú BBA International PLC	255.433	-	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	4,21%
Santander Chile	253.905	250.050	07/03/2016	07/03/2019	Bullet	LIBOR + 1,53%
Empréstimos	634.738	376.104				
Financiamentos						
BNDES (Capex 2011)	35.619	45.795	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	8,7%
BNDES (Capex 2011)	10.020	29.593	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011)	9.936	29.605	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013)	44.780	53.047	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.551	83.845	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	60.578	83.879	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	1.566	2.066	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015)	38.423	44.758	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	9,5%
BNDES (Capex 2014-2015)	113.104	140.027	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	TJLP + 3,10%
BNDES (Capex 2014-2015)	133.131	151.392	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	SELIC + 3,18%
BNDES A1- ITAÚ	109.966	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B1- ITAÚ	78.285	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C1- ITAÚ	12.620	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A2- BRADESCO	70.359	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B2- BRADESCO	50.105	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C2- BRADESCO	8.078	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES A3- SANTANDER	50.563	-	25/10/2017	15/08/2022	Anual	IPCA + 8,24%
BNDES B3- SANTANDER	36.345	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
BNDES C3- SANTANDER	5.822	-	25/10/2017	15/08/2022	Mensal	TJLP + 4,15%
Financiamentos	929.851	664.007				
Partes relacionadas						
Enel Brasil (vide nota 20)	936.119	1.211.976	29/12/2015	10/12/2019	Variável	CDI + 1,65% a 2,75%
Empréstimos com partes relacionadas	936.119	1.211.976				
Total de empréstimos e financiamentos	2.500.708	2.252.087				
Resultado das operações de Swap	46.972	65.809				
Total de empréstimos e financiamentos	2.547.680	2.317.896				
Circulante	1.090.025	373.422				
Não circulante	1.410.683	1.878.665				

Segue movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circ
Saldos em 31 de dezembro de 2016	370.313	1.505.670	3.109	3
Captações	-	1.293.455	-	2
Variação monetária	-	4.827	-	
Encargos provisionados	248.424	-	18.531	
Transferências	694.980	(694.980)	126.977	(12
Amortizações	(308.668)	-	-	
Encargos pagos	(48.051)	-	(14.038)	
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.552)	
Capitalizações	-	(1.200.000)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	5

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	370.313	1.505.670	3.109	372.995	2.252.087
Captações	-	1.293.455	-	250.000	1.543.455
Variação monetária	-	4.827	-	5.699	10.526
Encargos provisionados	248.424	-	18.531	-	266.955
Transferências	694.980	(694.980)	126.977	(126.977)	-
Amortizações	(308.668)	-	-	-	(308.668)
Encargos pagos	(48.051)	-	(14.038)	-	(62.089)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(1.552)	(6)	(1.558)
Capitalizações	-	(1.200.000)	-	-	(1.200.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	956.998	908.972	133.027	501.711	2.500.708

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Desembolsado	Garantias
Empréstimos				
Citibank N.A	Capital de Giro	150.000	100%	-
Santander Chile	Capital de Giro	277.718	100%	Fiança
Itaú BBA Internacional PLC	Capital de Giro	250.000	100%	Enel Brasil
Financiamentos				
BNDES Capex 2011	Financiamento do CAPEX 2010/2011	331.397	97%	Recebíveis
BNDES Capex 2012-2013	Financiamento do CAPEX 2012/2013	450.171	79%	Recebíveis
BNDES Capex 2014-2015	Financiamento do CAPEX 2014/2015	476.613	24%	Recebíveis
BNDES A1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	127.265	85%	Recebíveis
BNDES B1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	91.605	85%	Recebíveis
BNDES C1- ITAÚ	Financiamento do CAPEX 2016/2017	25.870	49%	Recebíveis
BNDES A2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	81.449	85%	Recebíveis
BNDES B2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.627	85%	Recebíveis
BNDES C2- BRADESCO	Financiamento do CAPEX 2016/2017	16.557	49%	Recebíveis
BNDES A3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	58.542	85%	Recebíveis
BNDES B3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	42.138	85%	Recebíveis
BNDES C3- SANTANDER	Financiamento do CAPEX 2016/2017	11.900	49%	Recebíveis
Partes relacionadas				
Enel Brasil	Empréstimo subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	1.349.793	100%	-
Enel Brasil	Empréstimo não subordinado com partes relacionadas/Capital de Giro*	717.965	100%	-

* Vide nota 20

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, empréstimo com Citibank N.A e Itaú BBA Internacional PLC, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2017.

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite	Periodicidade de Apuração dos índices
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
BNDES 2011	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual
BNDES 2012 e 2014	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Bancário Líquido) (máximo)	0,60	Anual
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + PL) (máximo)	0,60	Trimestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Semestral
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral

Contratos BNDES 2012 e 2014:

- Endividamento Financeiro Líquido é o Endividamento bancário de curto prazo mais Endividamento Bancário Longo Prazo menos o Disponível e Aplicações Financeiras (caixa e equivalente e títulos e valores mobiliários);
- LAJIDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, depreciação e amortização.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Contratos BNDES 2011, Citibank N.A e Itaú BBA

- Endividamento financeiro líquido e Dívida Financeira Líquida consideram o endividamento total, excluindo a dívida com parte relacionada (mútuos subordinados).
- EBITDA e LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017					Total não Circulante
2019	2020	2021	Após 2021		
662.773	208.305	427.486	112.119	1.410.683	

18. Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª série - 6ª emissão	-	183.131	15/06/2011	15/06/2016	15/06/2018	IPCA + 7,90% a.a.	Anual	18.300
1ª série - 7ª emissão	-	50.302	15/06/2012	15/06/2016	15/06/2017	CDI + 1,02% a.a.	Anual	10.000
2ª série - 7ª emissão	-	424.769	15/06/2012	15/06/2017	15/06/2019	IPCA + 6,00% a.a.	Anual	30.000
1ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	07/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
2ª série - 8ª emissão	-	160.903	07/07/2014	15/07/2017	07/07/2019	CDI + 1,45% a.a.	Anual	15.000
1ª série - 9ª emissão	601.630	-	11/12/2017	15/12/2017	15/12/2020	114% CDI	Bullet	600.000
(-) Custo a amortizar	(3.108)	(2.765)						
Total sem efeito de swap	598.522	977.243						
Resultado das operações de swap	-	(787)						
Total de debêntures	598.522	976.456						
Circulante	1.630	416.131						
Não circulante	596.892	560.325						
	598.522	976.456						

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2016	416.131	560.325	976.456
Amortização	(950.033)	-	(950.033)
Captação	-	600.000	600.000
Encargos provisionados	64.191	-	64.191
Encargos pagos	(105.478)	-	(105.478)
Variação monetária	-	12.943	12.943
Transferência de prazos	573.179	(573.179)	-
Transferência custo de transação	3.197	(3.197)	-
Constituição custo de transação	(3.197)	-	(3.197)
Apropriação custo de transação	2.853	-	2.853
Resultado de swap	787	-	787
Em 31 de dezembro de 2017	1.630	596.892	598.522

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Em 26 de dezembro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 6ª, 7ª e 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Em 15 de dezembro de 2017 se realizou a 9ª emissão debêntures em série única com recursos captados no montante de R\$ 600 milhões, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Foi contratada a taxa de 114% do CDI, com amortização bullet e vencimento em 15 de dezembro de 2020.

A Companhia está sujeita à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações especiais financeiras	Limites
	9ª Emissão
Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	4,00
Dívida Financeira Líquida / (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido) (máximo)	0,60

- Dívida Financeira Líquida considera o endividamento total, excluindo a dívida com partes relacionadas (mútuos subordinados);
- EBITDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos.

Curva de amortização das debêntures registradas no passivo não circulante sem os efeitos do swap:

	2018	2019	2020	Total
1ª série - 9ª emissão	-	-	600.000	600.000
(-) Custo de transação	-	-	(3.108)	(3.108)
Total a amortizar	-	-	596.892	596.892

19. Taxas Regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	347.349	305.155
Programas de P&D e PEE	91.484	67.675
Outros	1.449	12.446
Total	440.282	385.276
Circulante	369.210	339.189
Não Circulante	71.072	46.087

Os valores apresentados no não circulante são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

20. Partes relacionadas

Natureza da Operação	31/12/2017				31/12/2016			
	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante (*)	Passivo circulante (*)	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Fundo de pensão (a)	-	-	492.442	(48.219)	-	-	493.335	(49.382)
Enel Cien S.A. (b)	-	582	-	(3.641)	-	336	-	(3.053)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. (c)	-	473	-	(2.941)	-	623	-	(6.869)
Enel Soluções S.A. (d)	147	3.185	-	(9.265)	79	505	-	404
Enel Brasil (e)	1.202	757.334	178.785	(191.527)	2.356	187.126	1.024.850	(171.986)
Enel Green Power (f)	-	96	-	(1.224)	-	-	(1.349)	(1.349)
Enel Distribuzione (g)	-	3.110	-	-	-	-	-	-
Enel Itália (g)	-	6.564	-	(2.119)	-	-	-	-
Enel Brasil S.A. (h)	-	21.758	-	-	-	21.758	-	-
Enel Américas S.A.(h)	-	24.479	-	-	-	24.479	-	-
Enel Iberoamérica (g)	-	-	-	(37)	-	-	-	-
Total de transações com partes relacionadas	1.349	817.581	671.227	(258.973)	2.435	234.827	1.516.836	(232.235)
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasileiros	-	-	(492.442)	(48.219)	-	-	(493.335)	(49.382)
Total	1.349	817.581	178.785	(307.192)	2.435	234.827	1.023.501	(281.617)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS: Para maiores detalhes, vide Nota 21. A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Cien S.A. Despesas com a Rede Básica no período, que tem seus contratos homologados pela a ANEEL mediante despacho;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A: Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica;
- Enel Soluções S.A. decorre de contratos por meio dos quais a Companhia arrecada e repassa à Enel Soluções valores cobrados aos seus clientes por meio de serviços que são prestados pela Companhia. Os passivos correspondem, substancialmente, a serviços de fiscalização de obra;
- Enel Brasil: mútuos contratados em 2016 e 2017 devido à necessidade de capital de giro da Companhia (Vide Nota 17);
- Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Parapanema e Enel Green Power Mourão;
- Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2017 com um passivo em aberto de R\$ 9.674 (Enel Italia e Enel Distribuzione Spa) e uma despesas no valor de R\$ 37 (Enel Iberoamérica);
- Enel Brasil S.A e Enel Américas S.A: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social, R\$ 21.758 e R\$ 24.479 respectivamente, a diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 278 em dezembro de 2017 (R\$ 278 em dezembro de 2016), é referente aos dividendos a pagar para terceiros.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Encargo	Principal		Encargo	Principal	
Empréstimos com partes relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	-	-	168.929	-	-	1.024.850
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	39.370	717.964	9.856	25.275	161.851	-
Total de Empréstimos com partes relacionadas	39.370	717.964	178.785	25.275	161.851	1.024.850
	31/12/2017	31/12/2016				
Encargos de empréstimos com partes-relacionadas						
Enel Brasil Mútuo Subordinado	131.109	146.712				
Enel Brasil Mútuo Não Subordinado	57.614	25.274				
Total de Encargos de empréstimos com parte relacionada	188.723	171.986				

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 segue. A Companhia não possui remuneração baseada em ações e mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.712	2.406
Benefícios pós-emprego	213	230
Outros benefícios de longo prazo	305	284
Salários e encargos	3.912	4.297
Total	6.142	7.217

21. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasetros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

As principais características dos planos administrados pela Companhia seguem relacionadas:

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

- **Patrocinadora** - contribui com 2,64% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 187 para cobertura das despesas administrativas;
- **Participantes ativos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;
- **Participantes assistidos** - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a Companhia reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2016, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 248.543, de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

- **Patrocinadora** - contribuição média de 6,40% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,89% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,51% destinados à cobertura das despesas administrativas.
- **Participantes ativos** - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,13% da folha de salários dos participantes ativos.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A Companhia firmou dois contratos de dívida junto à Brasileiros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0%a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a Companhia assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a Companhia com o PACV totaliza a quantia de R\$ 90.214, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasileiros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A Companhia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da Companhia até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela Companhia e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na Companhia.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 492.442 (R\$ 493.335 em 31 de dezembro de 2016), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a Companhia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação e do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	1.189.407	1.029.004	Valor justo dos ativos do plano no início do período	771.966	656.657
Custo dos serviços correntes	2.321	1.934	Retorno esperado dos ativos do plano	92.061	90.605
Custos dos juros	137.959	138.053	contribuições recebidas de participantes do plano	27	24
Contribuição de participantes do plano	27	24	Contribuições do empregador	76.393	74.572
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	38.101	131.243	Benefícios pagos pelo plano	(105.472)	(110.851)
Benefícios pagos pelo plano	(105.472)	(110.851)	Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	31.428	60.959
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.262.343</u>	<u>1.189.407</u>	Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>866.403</u>	<u>771.966</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.262.343	1.189.407
Valor justo dos ativos	<u>(866.403)</u>	<u>(771.966)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	395.940	417.441
(Ativo) passivo atuarial líquido	395.940	417.441
Efeito do reconhecimento de dívidas contratadas	96.502	75.894
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	<u>492.442</u>	<u>493.335</u>

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo do serviço corrente bruto	2.348	1.958
Contribuições de participante	(27)	(24)
Custo do serviço líquido	<u>2.321</u>	<u>1.934</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	137.959	138.053
Rendimento esperado dos ativos no ano	(92.061)	(90.605)
Juros líquidos sobre o passivo	<u>45.898</u>	<u>47.448</u>
Total reconhecido na DRE	<u>48.219</u>	<u>49.382</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	38.101	131.243
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(31.428)	(60.959)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	20.610	(43.392)
Montante reconhecido no período em ORA	<u>27.283</u>	<u>26.892</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	92.062	90.605
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	31.428	60.959
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>123.490</u>	<u>151.564</u>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Principais Premissas Atuariais</u>	<u>PCA</u>	<u>PACV</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	9,72%	9,78%	9,36%	9,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,72%	9,78%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

	31/12/2016					31/12/2017
	Saldo Acumulado	Adições	Reversões	Atualização	Liquidação	Saldo Acumulado
Trabalhistas (a)	247.451	55.688	(46.754)	41.257	(12.495)	285.147
Cíveis (b)	303.582	98.776	(81.113)	75.366	(77.287)	319.324
Fiscais (c)	28.332	2.401	-	5.426	(1.442)	34.717
Regulatório (d)	24.340	8.822	-	(81)	(7.165)	25.916
Total das provisões	603.705	165.687	(127.867)	121.968	(98.389)	665.104

a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

b) Riscos cíveis

Grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 13.523 (R\$13.005 em 31 de dezembro de 2016).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a novembro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 5.516, valor total do auto de R\$ 13.791, (R\$ 5.279 e R\$ 13.199 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) e de R\$ 523, valor total do auto R\$ 2.614 (R\$502 e R\$ 2.512 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

d) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	562.658	552.959
Cíveis	1.065.401	937.576
Fiscais	1.792.838	1.674.601
Juizados especiais	121.878	144.419
	<u>3.542.775</u>	<u>3.309.555</u>

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema por meio de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 1.241.027 (R\$ 1.192.018 em 31 de dezembro 2016).

**Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

COFINS

Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 162.483 (R\$ 156.721 em 31 de dezembro de 2016).

Temas estaduais

No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 209.553 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 200.337 em 31 de dezembro de 2016), e tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; e (iv) comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores.

A Companhia discute com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança de multa formal decorrente de suposta inexatidão no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN"), no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 29.891 (R\$ 27.275 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia discute ainda com o Estado do Rio de Janeiro a cobrança ICMS, originados da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 45.971.

Temas municipais

No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empachamento, juntos somam o valor de R\$ 37.801 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2016). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 11.840 e 2.167, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 11.403 e R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 37.594 (R\$ 34.693 em 31 de dezembro de 2016).

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2017 de R\$ 14.510 (R\$ 13.708 em 31 de dezembro de 2016)

O Município de Magé ajuizou Execução Fiscal para cobrar multa por suposto recolhimento de ISS fora do prazo legal, no valor atualizado e provisionado de R\$ 1.128 em 31 de dezembro de 2017.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados a ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	187.393	176.008
Cíveis	47.900	40.199
Fiscais	1.217	7.118
Total	236.510	223.325

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Está composto de ações sem valor nominal e assim distribuído:

Acionista	31/12/2017		
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital	Milhares R\$
Enel Brasil S.A.	166.278.813	99,79	2.492.900
Outros	355.513	0,21	5.330
Total de ações	166.634.326	100,00	2.498.230

Em reunião do Conselho de Administração da acionista Enel Brasil S.A ocorrida em 23 de novembro de 2017 foi aprovado, dentro do limite do capital autorizado da referida Companhia, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 51.728.877 ações ordinárias de emissão da Ampla Energia e Serviços S.A, as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei nº 6.404/76.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

As ações de emissão da Ampla transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Ampla, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Ampla, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 97.707.384 ações de emissão da Ampla, correspondentes a 99,64% das ações de emissão da Ampla.

Além disso, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$1.200.000.000 (um bilhão e duzentos milhões de reais), mediante a emissão de 68.571.429 novas ações ordinárias. O referido aumento foi integralmente subscrito e integralizado pela acionista Enel Brasil S.A, mediante a capitalização de créditos detidos por ela em face da Companhia, no mesmo montante do aumento de capital aprovado.

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas em 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas teve efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas foi incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolveram de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarretou mudança no controle da Companhia.

b) Capital Social Autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), até o limite de R\$ 2.298.230.386,65 (dois bilhões, duzentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), mediante a emissão de ações ordinárias correspondentes. O aumento dar-se-á sem direito de preferência aos acionistas, nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

c) **Reserva legal**

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva legal.

d) **Reforço de capital de giro**

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder 100% do montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. Em virtude dos prejuízos apurados pela a Companhia não foi destinado qualquer valor para a reserva de capital de giro.

e) **Dividendos**

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo do exercício	(102.977)	(221.832)
(+) Reversão de dividendos prescritos	-	141
Prejuízo ajustado	<u>(102.977)</u>	<u>(221.691)</u>
	(102.977)	(221.691)
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	<u>(18.007)</u>	<u>(17.749)</u>
Reserva reforço de capital de giro	(120.984)	(239.440)

Como a Companhia apresentou prejuízo no ano 2017, ela não possui a obrigatoriedade de repassar dividendo mínimo obrigatório aos seus acionistas.

f) **Outros resultados abrangentes**

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

24. Lucro (prejuízo) por ação

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo líquido no período	(102.977)	(221.832)
Número de ações (por lote de mil)	166.634	98.063
Prejuízo por ação - básico e diluído (reais por ação)	(1,03399)	(2,26214)

Não há diferença significativa entre o lucro (prejuízo) por ação básico e o cálculo de lucro/(prejuízo) por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no exercício.

25. Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento faturado	6.127.371	6.325.511
Fornecimento não faturado	107.383	229.678
Consumidores	6.234.754	6.555.189
Suprimento de energia elétrica	72.508	77.362
Baixa renda	35.817	42.063
Subvenção CDE - desconto tarifário	182.936	180.275
Disponibilidade da rede elétrica	484.887	310.125
Receita de construção	1.043.446	884.905
Ativos e passivos financeiros setoriais	242.827	(518.199)
Outras receitas	80.437	44.825
Receita operacional bruta	8.377.612	7.576.545
(-) Deduções da receita		
ICMS	(1.732.793)	(1.721.457)
PIS	(130.251)	(111.530)
COFINS	(512.159)	(513.713)
ISS	(3.382)	(3.030)
Encargo setorial CDE	(612.817)	(712.064)
P&D e eficiência energética	(42.254)	(41.281)
Taxa de fiscalização	(5.676)	(6.481)
Total de deduções de receita	(3.039.332)	(3.109.556)
Total	5.338.280	4.466.989

26. Receitas (Custos/Despesas) operacionais

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Descrição	31/12/2017					31/12/2016				
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outros	Total
Pessoal	(84.072)	-	(56.534)	-	(140.606)	(93.674)	-	(67.839)	-	(161.513)
Material	(11.209)	-	(2.078)	-	(13.287)	(12.185)	-	(3.624)	-	(15.809)
Serviços de terceiros	(378.321)	(6.443)	(50.773)	-	(435.537)	(427.301)	(8.299)	(48.687)	-	(484.287)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.483.259)	-	-	-	(2.483.259)	(1.825.602)	-	-	-	(1.825.602)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(380.621)	-	-	-	(380.621)	(233.329)	-	-	-	(233.329)
Encargos de serviços do sistema	(19.515)	-	-	-	(19.515)	(78.859)	-	-	-	(78.859)
Ressarcimento de encargos serviço do sistema	88.754	-	-	-	88.754	-	-	-	-	-
Custos na desativação de bens	(52.915)	-	-	-	(52.915)	(89.150)	-	-	-	(89.150)
Depreciação e amortização	(275.090)	-	(19.531)	-	(294.621)	(237.204)	-	(15.943)	-	(253.147)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(131.431)	-	-	(131.431)	-	(208.947)	-	-	(208.947)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(37.820)	-	(37.820)	-	-	(53.352)	-	(53.352)
Custo de construção	(1.043.446)	-	-	-	(1.043.446)	(884.905)	-	-	-	(884.905)
Indenizações DIC / FIC	(53.692)	-	-	-	(53.692)	(55.276)	-	-	-	(55.276)
Perda de recebíveis de clientes	-	(2.871)	-	-	(2.871)	-	(5.658)	-	-	(5.658)
Outros custos operacionais	(18.452)	-	(45.517)	-	(63.969)	(22.365)	-	(28.911)	-	(51.276)
Receita de multa por impuntualidade de clientes	-	-	-	50.059	50.059	-	-	-	51.115	51.115
Outras receitas operacionais	-	-	-	19.058	19.058	-	-	-	10.122	10.122
Total	(4.711.838)	(140.745)	(212.253)	69.117	(4.995.719)	(3.959.850)	(222.904)	(218.356)	61.237	(4.339.874)

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 17,50% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior.

A redução da provisão para crédito com liquidação duvidosa constituída ao decorrer da reversão da provisão de dívidas parcelas.

27. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	14.782	25.536
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	29.468	36.904
Variações monetárias	23.477	16.482
Receita financeira de ativo indenizável	74.436	139.330
Atualização crédito de Cofins	148.060	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	123.770	180.231
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	23.998
Outras receitas financeiras	15.519	20.816
Total da receita financeira	429.512	443.297
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(266.955)	(241.206)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(121.968)	(144.943)
Encargo de fundo de pensão	(45.898)	(47.447)
Variações monetárias debêntures	(12.943)	(40.661)
Juros debêntures	(64.191)	(102.010)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap	(178.038)	(216.105)
IOF	(19.177)	(24.956)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(31.907)	-
Encargos com venda de recebíveis	(121.000)	-
Outras despesas financeiras	(58.070)	(69.288)
Total da despesa financeira	(920.147)	(886.616)
Resultado financeiro	(490.635)	(443.319)

28. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pelas alíquotas fiscais vigentes, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(148.074)	(148.074)	(316.203)	(316.203)
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	37.019	13.327	79.051	28.458
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.787)	(1.462)	(9.556)	(3.582)
Total de Imposto de renda e contribuição social no resultado	33.232	11.865	69.495	24.876

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	484.980	414.575	70.405	141.743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	98.864	102.574	(3.710)	31.388
Provisão para ações judiciais e regulatórias	226.136	205.260	20.876	27.749
Provisão para perdas de estoque	30	63	(33)	(186)
Provisão ganho/perda instrumento financeiro derivativo	20.379	24.944	(4.565)	24.944
Prejuízo fiscal	133.679	78.368	55.311	56.538
Outras	5.892	3.366	2.526	1.310
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(244.024)	(218.716)	(25.308)	(47.372)
IFRIC 12	(244.024)	(218.716)	(25.308)	(47.372)
Efeito no resultado do período	240.956	195.859	45.097	94.371
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	179.139	174.039	5.100	11.272
Plano de Pensão	183.551	174.275	9.276	9.143
Swap	(4.412)	(236)	(4.176)	2.129
Total	420.095	369.898	50.197	105.643

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% do lucro tributável do ano, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração. Para o período superior a 5 anos a Companhia tem um diferido registrado referente a provisão de riscos, fundo de pensão e instrumentos financeiros.

Segue expectativa de realização:

Ano de realização	31/12/2017	31/12/2016
2017	-	71.347
2018	6.013	102.352
2019	58.869	63.059
2020	87.556	39.608
2021	99.647	40.879
2022 a 2024	206.594	69.718
2025 a 2027	209.852	201.887
Total	668.531	588.850

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

29. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Rio de Janeiro. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía exposição ao risco de crédito relacionado aos seguintes ativos financeiros:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	305.915	251.357
Títulos e valores mobiliários	120.091	53.772
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	6.966	11.103
Consumidores e outras contas a receber	813.540	795.626
Ativo financeiro setorial	75.332	-
Ativo indenizável (concessão)	2.864.913	2.242.355
	4.186.757	3.354.213

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	31/12/2016
AA-	271.710	172.901
AAA	-	28
A+	2.401	4.707
AA+	78.463	113.051
Banco Central do Brasil	36.330	13.226
Numerário em trânsito	36.224	574
Não avaliado	878	642
Total Geral	426.006	305.129

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AA-	<u>(46.972)</u>	<u>(65.022)</u>
Total Geral	(46.972)	(65.022)

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

c) Risco de câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, todas as dívidas indexadas a dólar da Companhia possuem contratos de *swap* (Dólar para Real e Libor para CDI)

A Companhia eventualmente se utiliza de instrumentos derivativos com o propósito único de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros e inflação, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização desses instrumentos. Os instrumentos de proteção utilizados são *swaps* de moeda (*cambio*) ou taxas de juros e inflação sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

	31/12/2017	31/12/2016
Passivos em moeda estrangeira		
Empréstimos e financiamento	634.738	376.104
Exposição patrimonial	634.738	376.104
Instrumentos financeiros Notional	(636.120)	(359.494)
Exposição cambial total	(1.382)	16.610

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

d) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 83% da dívida total indexada a taxas variáveis (CDI, SELIC, TJLP, IPCA e Libor), sendo que 14% eram atreladas a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos BNDES. Com finalidade de evitar riscos com variações cambiais, para as dívidas atreladas ao dólar (20% do total), a Companhia realizou operações de hedge por meio de contrato de *swap*, trocando taxa e variação cambial por CDI+spread. Além disso, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar a necessidade de contratar derivativos para se proteger contra possíveis flutuações destas taxas.

Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados nas demonstrações de resultados. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou um resultado positivo não realizado na operação de *swap* no montante de R\$ 46.970 (resultado negativo no montante de R\$ 65.020 em 31 de dezembro 2016), e possui reconhecido o saldo dos ganhos com os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 12.281 (saldo negativo no montante de R\$ 6.262 em 31 em de dezembro 2016).

Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Selic	6.402	2	6.553	2
CDI	259.681	94	255.679	95
Pré-Fixado	9.258	3	8.072	3
Total	275.341	100	270.304	100

Ativo indenizável (concessão)	31/12/2017	%	31/12/2016	%
IPCA	2.864.913	100	2.242.355	100
Total	2.864.913	100	2.242.355	100

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Derivativos	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa Fixa	537.641	17	189.920	6
TJLP	447.010	14	369.015	11
Selic	133.131	4	151.392	5
CDI	1.789.802	57	1.959.516	59
IPCA	230.888	7	607.900	18
Libor	7.730	-	16.609	1
Total	3.146.202	100	3.294.352	100

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida por meio do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Para manutenção da liquidez e atendimento das necessidades de caixa, a Companhia utiliza-se de linhas de crédito para capital de giro disponíveis para a Ampla por meio de contratos firmados com o Banco Bradesco no valor de R\$ 50.000, Banco Santander no valor de R\$ 100.000, totalizando R\$ 150.000. Adicionalmente, a Companhia possui limite de mutuo com sua Controladora Enel Brasil aprovado pela Aneel até 10 de dezembro de 2019 no valor de até R\$ 2.200.000, dos quais, em 31 de dezembro de 2017, estavam disponíveis o montante de R\$ 1.370.060

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures detalhados nas Notas 17 e 18, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no período findo em 31 de dezembro de 2017 é de 44% e em 2016 de 46%.

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	8.180	5.365	29.200	393.055	-	435.800
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	15.853	41.870	284.860	1.031.954	-	1.374.537
Debêntures	-	-	44.792	702.466	-	747.258
Empréstimos com Parte Relacionada	63.132	695.473	10.755	193.611	-	962.971
	<u>87.165</u>	<u>742.708</u>	<u>369.607</u>	<u>2.321.086</u>	<u>-</u>	<u>3.520.566</u>
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	2.891	5.625	25.037	112.257	26.019	171.829
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	29.588	33.936	148.231	830.868	-	1.042.623
Empréstimos com Parte Relacionada	202.889	25.024	105.742	1.240.079	-	1.573.734
Debêntures	22.835	-	438.552	634.660	-	1.096.047
	<u>258.203</u>	<u>64.585</u>	<u>717.562</u>	<u>2.817.864</u>	<u>26.019</u>	<u>3.884.233</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017					
"Swaps" de juros 08/01/16	-	1.368	31.400	-	32.768
"Swaps" de juros 07/03/16	-	5.776	4.687	34.316	44.779
"Swaps" de juros 05/07/17	6.356	-	4.437	35.105	45.898
"Swaps" de juros 07/12/17	-	66	16	-	82
"Swaps" de juros 08/12/17	-	124	65	20	209
	<u>6.356</u>	<u>7.334</u>	<u>40.605</u>	<u>69.441</u>	<u>123.736</u>
31 de dezembro de 2016					
"Swaps" de juros 03/09/12	-	-	(13.988)	(11.351)	(25.339)
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	(12.817)	(28.856)	(41.673)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(26.805)</u>	<u>(40.207)</u>	<u>(67.012)</u>

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

			31/12/2017		31/12/2016	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	305.915	305.915	251.357	251.357
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	120.091	120.091	53.772	53.772
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	63.601	63.601
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	813.540	813.540	795.626	795.626
Consumidores - serviços prestados	Empréstimos e recebíveis	2	85.585	85.585	84.519	84.519
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Empréstimos e recebíveis	2	6.966	6.966	11.103	11.103
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.202	1.202	2.356	2.356
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	75.332	75.332	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.864.913	2.864.913	2.242.355	2.242.355
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.865.971	1.860.676	1.875.983	1.826.806
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	598.522	601.630	977.243	953.470
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	634.737	634.737	376.104	372.590
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	32.088	32.088	60.481	60.481
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Outros passivos financeiros	2	53.938	53.938	76.125	76.125
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	900.529	900.529	689.020	689.020

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações financeiras (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2:** dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3:** dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos a seguir:

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	Diferença	Valor de referência (Notional)
Swap Libor x DI 08.01.16 Citibank	(26.730)	(24.244)	2.486	150.000
Swap Libor x DI 07.03.16 Santander	(32.722)	(29.694)	3.028	277.718
Swap Fixo(USD) x DI 05.07.16 Itaú	(6.108)	3.109	9.217	249.999
Swap DI x Fixo 07.12.17 Santander	(1)	2.637	2.638	152.564
Swap DI x Fixo 08.12.17 Itaú	(52)	1.220	1.273	283.162

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 haviam 5 (cinco) contratos de *swap*, sendo dois contratos de Libor para CDI e um de dólar para CDI, a fim de diminuir a exposição às flutuações das variações cambiais, conforme demonstrado a seguir:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contratos de swaps:					
HSBC BANK BRASIL S.A.	03/09/2012	16/06/2017	CDI + 1,02%aa 10,05% aa	-	787
CITIBANK S.A.	08/01/2016	24/12/2018	Libor + 2,40%aa CDI + 1,90%aa	(24.244)	(28.233)
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/03/2016	07/03/2019	Libor + 1,53%aa CDI + 0,40%aa	(29.694)	(37.576)
ITAÚ S.A.	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	3.109	-
SANTANDER (Brasil) S.A.	07/12/2017	24/12/2018	CD + 1,90%aa FIXO	2.637	-
ITAÚ S.A.	08/12/2017	07/03/2019	CD + 1,90%aa FIXO	1.220	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Vide a seguir análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estabelecida por meio das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Ativos	Risco	Base 31/12/2017	Cenários projetados - DEZ.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	6.402	105	79	53
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	259.681	4.338	3.278	2.202
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	9.258	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	2.864.913	176.718	132.539	88.359
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(1.117.990)	(83.354)	(94.613)	(105.703)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(106.600)	(7.431)	(7.431)	(7.431)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(447.010)	(43.099)	(49.765)	(56.339)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(133.131)	(12.676)	(14.727)	(16.750)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(1.102.853)	(24.149)	(31.081)	(37.895)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(230.888)	(28.643)	(31.151)	(33.633)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(7.730)	(196)	(1.498)	(2.584)
			<u>(18.387)</u>	<u>(94.370)</u>	<u>(169.721)</u>

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário + 25%	Cenário + 50%	
Santander 4131	8.792	67.257	116.057	
Swap Ponta Ativa	(8.596)	(65.759)	(113.473)	
Swap Ponta Passiva	19.343	23.735	28.066	
Swap Santander Ponta Ativa - PP	(24.134)	(28.652)	(33.106)	
Swap Santander Ponta Ativa - PP	21.089	21.089	21.089	
Citi 4131	5.283	31.768	53.875	
Swap Ponta Ativa	(5.283)	(31.768)	(53.875)	
Swap Ponta Passiva	11.420	13.558	15.665	
Swap Citi Ponta Ativa - PP	(11.558)	(13.721)	(15.854)	
Swap Citi Ponta Passiva - PP	11.765	11.765	11.765	
ITAÚ 4131	10.552	10.552	10.552	
Swap Ponta Ativa	(10.928)	(10.928)	(10.928)	
Swap Ponta Passiva		19.737	24.466	29.118
Total		47.482	53.362	58.951

Conforme demonstrado acima, a variação do CDI e da Libor sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

Nota explicativa da Administração sobre as demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

30. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.432.722 em 2018, R\$ 2.528.031 em 2019, R\$ 2.516.199 em 2020, R\$ 2.687.932 em 2021 e R\$ 60.517.239 após 2021.

Estes contratos representam o volume total contratado pelo preço corrente no período em 31 de dezembro de 2017 que foram homologados pela ANEEL.

31. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$ 13.066 (R\$ 19.967 em 2016).

32. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
			R\$	R\$
Risco operacional	01/11/2017	31/10/2018	1.446.197	163.510
				R\$
Responsabilidade civil	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040